



1952. ANO DE ESPERANÇAS

Inicia-se, sob os melhores prognósticos, o ano de 1952. Grandes iniciativas governamentais, já anunciadas, estão destinadas a influir decisivamente nos rumos da economia nacional. Consciente do papel fundamental da energia e dos transportes no desenvolvimento da atual produção agrícola, industrial e extractiva da Nação e na exploração dos recursos potenciais do nosso imenso território, o Governo prepara-se para tomar medidas que, executadas em período de tempo relativamente curto, impulsivarão de 50 anos o progresso deste país. Abundantes recursos financeiros serão necessários, tanto em moeda estrangeira, como em nacional, mas o Congresso, apoiando entendimentos prévios realizados pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda com organizações de crédito internacionais, acaba de considerar projetos autorizando o Governo, de um lado, a dar o seu aval para um empréstimo de 750 milhões de dólares e, de outro, a reformar o imposto de renda, de forma a obter-se 10 bilhões de cruzeiros com os novos aumentos da respectiva tributação, sob a forma de empréstimos compulsórios. Tão grandes quantias serão utilizadas no reparelhamento dos sistemas de transporte ferro e rodoviários e na remodelação dos portos marítimos e fluviais do país. Dado o vulto das somas em jogo, é de ver-se que as reformas serão de "fond en comble" e nada mais acertado porque tudo o que a economia deste imenso país pede é que lhe dêem meios para fazer circular as riquezas que estagnam no seu interior, à minqua de transportes. Quanto à energia, prepara-se o Congresso para examinar e debater a recente e importante mensagem do Governo sobre a ex-

ploração, em termos grandiosos, do petróleo nacional, esperando-se, da clarividência e patriotismo dos representantes do povo, um assoluo que, possibilitando o aproveitamento definitivo do ouro negro que faz em nosso subsolo, salvaquare também as conveniências nacionais. A ampliação de Volta Redonda, o início do funcionamento da Refinaria de Cubatão e a ultimação da primeira fase de Paulo Afonso são outros marcos proeminentes de progresso que se vão juntar aos muitos programados para 1952.

O Exército, cônscio de suas responsabilidades na guarda e defesa de um patrimônio que cada vez mais se enriquece, não pode ver senão com bons olhos tão esperançosas iniciativas, ligado tão estreitamente como está, nesta era de preponderância da técnica e das indústrias, ao desenvolvimento econômico do país. Sim, o Brasil precisa sair do estágio semicolonial de exploração e exportação de matérias-primas e, adquirindo, de vez a sua maioridade econômica, enveredar pela fase moderna da industrialização e exportação de produtos acabados, já esboçada, aliás, em traços vitoriosos e de promissores resultados. Só assim nos libertaremos dos mercados estrangeiros e o Exército terá as sólidas bases que reclama para assentar a sua estrutura material. Canhões, carros de combate, aviões, viaturas motorizadas, armas e equipamentos significam indústrias para fabricá-los e energia para movimentá-los. Não indústrias secundárias, dependentes de planos e materiais de além-mar, mas indústrias de base. Indústrias independentes, capazes de se ampliarem e evoluirem, acompanhando o progresso da técnica e da civilização. Não energia à base de lenha, mas de petróleo extraído do nosso próprio solo e aqui mesmo refinado. Petróleo em abundância e barato, pois só assim poderá despertar o nosso vasto "hinterland" e satisfazer às crescentes necessidades da defesa nacional.

É pois, com o mais justificado júbilo, que o Exército encara o alvorecer deste novo ano cheio de promessas e empreendimentos destinados a fortalecer a economia da Nação, seguro está que o seu fortalecimento econômico significa, também, como decorrência, o seu fortalecimento militar.

Uma revista que tem por lema "A Defesa Nacional" não pode se sentir estranha a êsses sentimentos e eis porque, no limiar de um ano que se inicia sob tão felizes auspícios, sente-se no dever de se congratular com o Exército e a Nação pelo muito que, no seu transcorrer, esperamos todos do espírito de realização dos responsáveis pelos destinos do país.